

DITADURA MILITAR: PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E VARIÁVEIS EXPLICATIVAS

REGINALDO CERQUEIRA DE SOUSA¹

Resumo: O presente texto debruça-se sobre o período ditatorial brasileiro (1964-1985) ao fazer uma análise das formas pelas quais este momento da história do Brasil tem sido compreendido pelos pesquisadores das ciências humanas, sobretudo pelos/as historiadores/as. A partir da leitura, análise e crítica da literatura produzida sobre a Ditadura Militar, este estudo classifica quatro variáveis explicativas sobre o período, a saber: a militar, a ideológica, a reconciliação extorquida e a social. Trata-se de uma reflexão motivada pelo contato, dentre as várias obras publicadas, com o trabalho de pesquisadores dedicados ao estudo sobre esse momento da recente história política brasileira.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Violência; Memória; Esquecimento.

Abstract: The present text focuses on the Brazilian dictatorial period (1964-1985) by doing an analysis of the ways in which this moment in the history of Brazil has been understood by researchers of human sciences, especially by historians. From the reading, analysis and critique of the literature produced on the military dictatorship, this study classifies four explanatory variables on the period, namely: the military, the ideological, the extorted reconciliation and the social. It is a reflection motivated by the contact, among the various works published, with the work of researchers dedicated to the study on this moment of the recent Brazilian political history.

Keywords: Military dictatorship; Violence; Memory; Oblivion.

¹. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Professor na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: ihuararuna@yahoo.com.br

*O passado só se deixa fixar,
como imagem que relampeja
irreversivelmente,
no momento em que é reconhecido.*
Walter Benjamin

Os cinquenta anos do Golpe Militar, lembrado em 2014, colocou na ordem do dia os debates sobre a Ditadura Militar no Brasil. A produção editorial sobre o tema cresceu sobremaneira para atender ao público interessado em análises tocantes à Ditadura. Nas estantes das livrarias, por exemplo, as reedições de clássicos sobre o período dividiram o espaço com uma nova e expressiva literatura acerca do autoritarismo implantado a partir de 1964.² Nas bancas de jornal, revistas especializadas abordaram o assunto com ênfase nos aspectos econômico, político, social e cultural da época.³ O mesmo ocorreu nas universidades públicas e privadas através da realização de eventos e de semanas acadêmicas para que fossem suscitadas reflexões sobre o tema. Os dossiês das revistas científicas apresentavam outras abordagens acerca da intervenção das Forças Armadas na vida política do país e da violência que se instaurara com o estado de exceção, a partir da ascensão dos militares ao poder.⁴

44

Na mesma dinâmica, os especialistas em Regime Militar, de modo particular os historiadores e os cientistas políticos, nunca foram tão requisitados para explicar o significado do período ditatorial brasileiro para as novas gerações. Filmes e documentários foram exibidos em canais de televisão e salas de cinema para o público em geral, mas com foco em especial nos estudantes de instituições públicas e privadas. Nessa miríade de eventos, as interpretações referentes ao período, bem como as orientações ideológicas e as atrocidades praticadas na época deram o tom das reflexões e das discussões levantadas.

Momentos de rememoração como este, põem em relevo o tema da memória. No seu entorno, lutas e embates políticos inscrevem um modo de ler e de relacionar-se com o passado (SEIXAS, 2004, p. 37-58). Para tanto, recomenda-se o cuidado de evitar confundir rememorar com comemoração. Na primeira, a ação é coletiva e política. Sua intenção não é um retorno ao passado, mas romper as barreiras que a impedem de ser dizível, o que inviabilizaria uma reflexão crítica do presente. Na segunda, os

2.. Cf. Professores indicam dez livros para entender o golpe de 1964 e a ditadura. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/noticia/2014/03/professores-indicam-dez-livros-para-entender-o-golpe-de-1964-e-ditadura.html>. Acesso em: 10/03/2016.

3. Cf. 50 anos do golpe militar de 1964. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/linha-do-tempo-33-dias-do-golpe/platb/>. Acesso em: 10/03/2016.

4. Cf. Dossiê 1964-2014, 50 anos depois: a cultura autoritária em questão. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/dossie-1964-2014-50-anos-depois-cultura-autoritaria-em-questao>. Acesso em 10/01/2016.

eventos são lembrados como fatos de um passado glorioso (GAGNEBIN, 2014, p. 260). Ter em mente essa diferença instiga a retomar marcos para se pensar os interesses e os motivos pelos quais se definiram os temas que orientaram pesquisas acadêmicas e mesmo concepções sobre o período da Ditadura. São ocasiões para se empreender balanços do que se produziu, ou deixou-se de produzir, a respeito da época, dos seus personagens e dos seus acontecimentos (GOMES, 2010, p. 37-70).

No Brasil, outra questão se coloca. Trata-se da visão que entende o ato de lembrar como irrelevante, uma vez que nada, na estrutura da sociedade, de fato muda. Arraigada na imagem do Brasil “o país do futuro”, apontou para a necessidade de um futuro onde as marcas agonizantes de uma terra maculada pela colonização e pela escravidão importavam menos diante da brilhante história a ser construída sobre os brasileiros. A imagem da inventividade e da criatividade do brasileiro, em particular a de sua juventude, lançava os olhos para o futuro promissor e inevitável. Ressalta-se ainda a herança da ideologia da cordialidade que tanto contribuiu para encobrir a corrupção das elites políticas e econômicas e, do mesmo modo, garantir a subserviência da população (HOLLANDA, 1997).

O interesse em manter tal ordem representa uma estratégia de fuga socialmente valorizada. Para tanto, criou-se uma memória na qual os eventos eram selecionados, provocando um afastamento dos conflitos atuais em relação ao seu passado. Uma das críticas benjaminianas da história burguesa ilumina a compreensão de tal ideia (BENJAMIN, 1994, p. 222-232), situando-se num ponto importante que é o de questionar uma história como inventário do passado, pois isso deixa em “ponto cego” os elementos que se chocam e põem em risco a visão dominante: os excluídos, os vencidos, também o estranho e o que não encontrava representatividade nesta “história signo de verdade”. Como salientou Jeanne Marie Gagnebin (2014, p. 203), “Walter Benjamin denunciou [muito antes de Michel Foucault e dos historiadores da descontinuidade] as construções historiográficas habituais que cuidavam em apagar as dúvidas na transmissão da história e de silenciar os abismos irreduzíveis do acontecido.”

A historiografia crítica de Walter Benjamin (1994, p. 225), a sua história a contrapelo, procurou entender, e tornar latente, como certas experiências do passado eram, ainda que presentes, marcadas por uma ausência e, em outros casos, por um silêncio gerenciado politicamente que delimitou o que deveria ou não ser lembrado. Crítica semelhante se encontra em Hannah Arendt (2005, p. 47-73). Em *Historia e inmortalidad*, a filósofa demonstrou como a história na Modernidade não atentou para a complexidade da ação humana. A visão de progresso e a crença no futuro, dadas segundo uma previsibilidade, apresentam-se como uma das principais características daquele modelo de história. Alicerçada na racionalidade positivista do tempo retilíneo,

forçou um olhar para o passado de forma romantizada e idealizada.

A verdade que esse modelo impôs residiu no processo temporal uniforme. A visão geral da ação humana nascida dessa perspectiva de história impediu a presença de um pensamento mais preocupado com as experiências distintas no tempo. A fuga da história para esse “todo” foi o que deixou escapar o particular, em outras palavras, as singularidades e a pluralidade das ações humanas. O propósito de tais ações é a fundação da comunidade política, o espaço onde a liberdade é possível. Hannah Arendt chamava atenção para a necessidade de se pensar tempos distintos, pois eles possibilitariam arrancar do esquecimento experiências do passado que foram silenciadas.

As reflexões levantadas remetem ao tema da Ditadura Militar. Por vezes, a memória do período se deu com expressões ideológicas e políticas que impuseram uma leitura sobre seu passado. A Ditadura, como todos os regimes políticos baseados na violência, procurou justificar suas ações pregressas ao constituir uma memória enquanto elo com a sociedade. Precisou explicar a ruptura e, portanto, recorreu ao passado para fundamentar as bases pelas quais pretendiam construir a nova sociedade.

46

Do ponto de vista econômico, os militares que ascenderam ao poder em 1964 foram uma mescla confusa de conservadorismo e visão modernizadora. Eram antirreformistas, principalmente contra as reformas propostas pela esquerda, mas citavam reformas modernizantes como garantia do crescimento capitalista; consideravam-se revolucionários, mas desejavam manter a ordem social vigente, as hierarquias e as instituições tradicionais. Prevaleceu, então, o viés conservador e anticomunista (NAPOLITANO, 2014). Foi o cimento da coalização golpista fazendo convergir posicionamentos políticos variados, entre os quais se destacaram os liberais, os anticomunistas, os antipopulistas, os empresários, os latifundiários e a grande imprensa, que caracterizaram o desafio, naquele primeiro momento, de se construir uma memória oficial para o Golpe Militar.

Com o fim do governo de João Goulart, gradativamente ocorreu o processo de centralização e militarização das instituições do Estado, demarcando o fechamento da cena política e a transformação interna do Regime, o que resultou no aprofundamento da Ditadura, principalmente a partir de 1968, quando o Regime se transformou em ditatorial-militar (CODATO, 2004). Com a promulgação do AI-5 (Ato Institucional Número Cinco), em dezembro daquele mesmo ano, os intelectuais liberais e a grande imprensa, que de início haviam demonstrado entusiasmo com a destituição do Presidente da República, passaram a criticar a repressão, a censura, a violência e a falta de liberdade de expressão. Do mesmo modo, setores da economia, com a crise da primeira metade da década de 1970, engrossaram o coro dos descontentes com os militares por conta

da perda de seus lucros (VIANNA, 1989, p. 91-102). Neste contexto, um conjunto de mecanismos foi mobilizado para garantir aos militares o gerenciamento do sistema político, como a propaganda sobre o desenvolvimentismo brasileiro e a ampliação da repressão.

Na década de 1970, com a política de distensão, nasceu uma memória hegemônica sobre a Ditadura, agora em torno do questionamento do radicalismo militar e da preservação da instabilidade institucional. E a esquerda, derrotada politicamente, conseguiu se afirmar nos produtos culturais com apoio da imprensa e o crescimento da indústria cultural, consagrando-se numa visão heroica da memória social sobre a Ditadura Militar (SCHWARZ, 1978). Também se referindo ao período, diversos autores mostraram que a multiplicidade de movimentos sociais, de natureza política, colocaram em xeque as noções comuns da ação política daquela época (CAPELATO, 1996).

Os referenciais de análise até então utilizados não davam conta da compreensão dessa visão polissêmica da sociedade civil. Tais questões se inscreveram no processo de democratização do país, o que levou à utilização de termos necessários para classificar essa novidade. Foi nesse solo que o termo resistência adquiriu importância e passou a significar aqueles que se impuseram contra grupos dominantes, ligados agora a um ponto comum: a construção da democracia. A perspectiva, com base na dicotomia de análises do tipo opressor e oprimido, explorador e explorados, reforçou o papel das forças coercitivas, por parte do Estado, para obtenção do controle social.

47

Nesse processo, o binômio dominação/resistência ofereceu uma chave de leitura sobre o período que muito pouco se preocupou com os segmentos da sociedade que, direta ou indiretamente, e por meio de diferentes práticas sociais, colaboraram com o poder constituído. Uma de suas consequências se observa no silêncio em torno das vítimas da violência política, sobretudo da tortura (KEHL, 2010). A soma destes fatores e a maneira como adentraram no tecido social, podem explicar a violência das instituições do Estado contra a sociedade.

A sensação de impunidade resultou, por exemplo, na permanência da violência e, neste caso, da violência policial. Os seus trágicos efeitos podem ser observados nas ruas das grandes e pequenas cidades do país, nos porões das delegacias, nas cadeias, nos presídios e nas periferias de todo o Brasil (HUGGINS, 2010). A violência, nesse sentido, constitui um campo amplo e complexo de estudo. Por isso a importância de se compreender como foi instituída em cada momento histórico a relação da sociedade com a violência, como se fabricou um homem violento ou dócil e como o discurso sobre a violência produziu indivíduos resistentes (FARGE, 2011, p. 28).

O processo de redemocratização e a política de Anistia projetaram no horizonte do país um modelo de sociedade democrática baseado na hegemonia do discurso

coletivo e do consenso social. Na historiografia brasileira, por exemplo, prevaleceu o modelo de história de matriz marxista cujos estudos e pesquisas partiram da temática da “revolução” e “revolta”, fomentando uma literatura, a partir da década de 1970, centrada nos sistemas repressivos e nas resistências (FALCON, 1997). Em relação à transição consensual, destaca-se outro efeito na política brasileira: atenuou-se a participação e a colaboração dos segmentos sociais e dos indivíduos em relação ao governo dos militares.

Para tanto, dividiu-se essa parte em quatro importantes eixos, a saber: a *variável militar*, a *variável ideológica*, ou o *anticomunismo*, a *reconciliação extorquida* ou a *política e a lei de anistia*, e a *variável social*. A relevância da divisão consiste no fato de lançar *feixes de luz* para a compreensão do Regime Militar, levando-se em conta, entre outros fatores, a sua complexidade e os seus campos de tensão, sejam na política, na área social ou mesmo nos modos de interpretação do período. Estas explicações não podem ser vistas como um dado fechado ou engessado em si, uma vez que seus limites são flexíveis e articulam conceitos e agentes sociais partindo de referenciais teóricos e de matrizes teóricas distintas, como a filosofia política e as ciências políticas.

A pluralidade de abordagens sobre a Ditadura Militar

48

Parece consenso, entre os historiadores, considerar a década de 1970 como marco da transformação, quer no aspecto teórico, quer no aspecto metodológico, da própria historiografia.⁵ Tais mudanças, em muitos casos, vieram atreladas à expressão “nova história;”⁶ uma expressão problemática pela ideia de ruptura que ela evoca, sugerindo também a desqualificação do que fora produzido anteriormente (CAPELATO, 1996, p. 16). Ressalta-se, entretanto, que a história, desde sua configuração como área do conhecimento das atividades humanas no tempo, não deixou de ser alvo de críticas e de questionamentos, tampouco de responder a interesses distintos.

As transformações na historiografia foram o resultado das críticas à visão de progresso, à perspectiva cientificista e ao racionalismo de caráter positivista, ainda na primeira metade do século XX. Durante o período, as interpretações marxistas ganharam prestígio como campo de investigação nas ciências humanas. No final da década de 1960, sob o impacto do movimento de Maio de 1968, outras concepções de poder e,

5. Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1987; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

6. A expressão “nova história” é muito conhecida na França por causa do título de uma coleção de ensaios, organizados em três volumes, pelo historiador Jacques Le Goff: “novos problemas”, “novas abordagens”, “novos objetos”. BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 9.

consequentemente de política, ocuparam espaço no trabalho dos historiadores.

No Brasil, refreados por causa da Ditadura Militar, estes debates chegaram tardiamente. Após 1964, a versão da história do Brasil passou a contar com o apoio ostensivo dos aparelhos do Estado. Até a década de 1970, por exemplo, para o ensino de história, um dos modelos privilegiados era o da história factual, com a predominância da historiografia política. Esta era constituída, em sua quase totalidade, pela história política chamada de tradicional (FALCON, 1997, p. 81). Com a sinalização de abertura política e a queda sucessiva da censura, cresceu o interesse pelo movimento de 1964, ganhando espaço, na história, o pensamento de matriz marxista (LAPA, 1982). Os anos de 1980 e 1990, entretanto, suscitaram a ampliação do debate sobre as questões de natureza política, possibilitando outras análises do poder, incluindo aí o simbólico e o imaginário. Permitiu-se uma pluralidade de estudos no que concerne à Ditadura, que possibilitaram diferentes modos de interpretar o período ditatorial.

Variante explicativa um: os militares

Um grupo de estudos tem como ponto de partida a análise da categoria militar como uma variável explicativa. Evidencia a presença, no interior das Forças Armadas, de posições políticas e ideológicas antagônicas motivadas, entre outros fatores, pelas disputas de poder interno, pelo receio do esfacelamento da hierarquia militar, em razão da inserção de células comunistas nos quartéis e, após o Golpe, pelas divergências em torno do modelo adequado de regime político para a condução do país.⁷ Assim se explica os diferentes momentos de repressão, de liberalização e, do mesmo modo, da gradativa militarização dos aparelhos do Estado, durante o período em que os militares permaneceram no controle do país.

Sobre os militares, algumas concepções, por exemplo, defendiam a ideia de que havia uma coesão na corporação. Essa coesão, embora relativa na visão de Wanderley Guilherme dos Santos, uma vez que os militares procuravam manter a unidade institucional, permitiu a unidade de orientação da corporação; pré-requisito para o sucesso na condução do Golpe e, em seguida, para a constituição de um governo forte capaz de impor, à revelia das forças partidárias e grupos sociais, os interesses referentes à segurança nacional (SANTOS, 1988, p. 95-145). Os autores que discordaram dessa visão, como Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro,⁸ João Quartim de

7. Do período que vai da posse de Costa e Silva, em março de 1967, até a eclosão da crise política, em abril de 1968, o aparelho militar estava dividido em quatro correntes políticas: castelistas, alburquerqueístas, linha dura, palacianos.

8. Cf. D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004; D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; SOARES, Gláucio

Moraes, Wilma Peres Costa e Eliézer Rizzo de Oliveira,⁹ levaram em consideração as circunstâncias históricas no que tange às intervenções militares no processo político brasileiro, ao conjunto de tensões na área militar e, do mesmo modo, às alianças entre alguns segmentos militares e civis para a obtenção de apoio político e social.¹⁰

Para estes autores, os militares também ocuparam na produção teórica do país um lugar modesto, sendo, muitas vezes, um assunto tabu entre os pesquisadores, configurando-se como um objeto de estudo delicado, dado o contraste entre a forte presença dos militares na política e sua fraca presença na teoria política (MORAES, 1985, p. 163). Contudo, em fins da década de 1960, os militares passaram a ser foco de estudos com as pesquisas baseadas na ótica da intervenção. Buscava-se, com isso, explicar as razões da intervenção militar, de modo particular a do Exército, na política brasileira. Sobre o tema, é conhecido o trabalho de Alfred Stepan (1975). Neste, o cientista político abordou a mudança na relação entre os militares e a sociedade a partir de 1964. Segundo o autor, os militares deixaram o chamado padrão moderador e, no exercício do poder político, passaram a gerenciar os negócios do Estado. No entanto, desde a Primeira República, alguns estudiosos, como Moraes, salientam que havia interferência direta dos militares na vida política brasileira (MORAES, 1985, p. 167-180). Segundo Carlo Fico (2004, p. 31), também esteve sob a tutela militar, na maior parte do tempo, a frente dos órgãos de vigilância política para gerenciar, controlar e investigar os cidadãos considerados ameaça pelo Estado.

No que se refere aos estudos sobre a categoria militar, dados analisados sobre a literatura referente à Ditadura revelaram que o número de teses, dissertações, livros e mesmo artigos sobre o tema, feitos durante os anos 1970 e início dos anos de 1980, é superior quando comparados aos estudos dos anos de 1990 (SOUZA, 1988; FICO, 2004). Explica-se o fato pelo aumento, nesta década, da literatura sobre as áreas da arte e da cultura, consequência do olhar dos pesquisadores à inserção da cultura de esquerda na indústria cultural durante a Ditadura, principalmente no final dos anos de 1960. Outro fator que explica o pouco interesse dos pesquisadores em relação aos militares tem a ver com a tradição sociológica do Brasil, de matriz europeia. Não se deu atenção aos grupos que não se enquadravam na herança teórica dos estudos sobre os

Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

9. Cf. MORAES, João Quartim de; COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **A tutela militar**. São Paulo: Vértice, 1987; MORAES, João Quartim de. Alfred Stepan e o mito do poder moderador. In: MONTEIRO, João Paulo; MORAES, João Quartim de; SCHARF, Kurt; FORTES, Roberto Salinas; ABENSOUR, Miguel; ARANTES, Paulo Eduardo; RIBEIRO, Renato Janine. **Filosofia Política**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

10. Exemplifica uma dessas tensões os protestos de militares do alto escalão como o Manifesto dos Coronéis, em 1954, que apresentava as condições em que se encontravam as Forças Armadas; exigiam aumento de salário e se alertavam, segundo os coronéis, as tentativas de subversão de militares inspirados pelas ideias comunistas.

atores políticos clássicos: proletariado, burguesia.

No interior desse quadro, ressalta-se outra questão: o processo de abertura política, a partir da segunda metade da década de 1970, que direcionou o olhar dos pesquisadores para a nova República em construção. A necessidade de se pensar a conjuntura política daquele momento redobrou os apelos aos estudiosos em torno da construção de um consenso social com o objetivo de constituir a nova democracia, agora sobre os escombros de uma sociedade ferida pela arbitrariedade do Estado. Como resultado, tem-se o número de estudos sobre os militares reduzidos de forma considerável.

Mesmo diante dessa realidade, algumas abordagens sinalizaram mudanças em relação ao tema, ainda na década de 1990, com o surgimento de novas pesquisas acadêmicas sobre a temática militar nas áreas da ciência política e da antropologia. Enquadra-se, nessa perspectiva, a tese de João Roberto Martins (1993) acerca das tensões e crises políticas entre os militares, anos de 1964 a 1969, momento de reconfiguração e de recrudescimento do Regime. Na área da antropologia, merece destaque o estudo de Leirner sobre a hierarquia militar (LEIRNER, 1997). O pesquisador abordou a relação entre o mundo militar e o mundo civil, tentando compreender como se deu a socialização entre os dois universos. Ele investigou a constituição de uma identidade militar e a interferência da instituição militar na dinâmica política da sociedade. A importância destes estudos reside no fato de chamar atenção para a complexidade da categoria militar ao criticar a ideia dos militares como uma instituição autônoma do Estado, à parte da sociedade, agindo enquanto poder hegemônico.

51

Variante explicativa dois: a ideologia ou o anticomunismo

Da mesma forma em que a categoria militar compõe um modo de compreender a Ditadura, outras análises enxergaram no anticomunismo uma variável explicativa do período (CODATO, 2004). Procurou-se, por meio dela, entender o enfrentamento do comunismo e o medo de sua inserção no cenário brasileiro como motivação ou justificativa política para a tomada do poder pelos militares e a progressiva centralização política do Regime. Nessa época, o anticomunismo foi um discurso recorrente nos aparelhos midiáticos para dar suporte aos movimentos insurgentes no governo de João Goulart. Em muitos aspectos, o combate ao comunismo se deu em nome da crença no crescimento econômico do país e da proteção da moralidade cristã das famílias católicas. O contexto era o da Guerra Fria, período em que os blocos capitalista e comunista disputavam zonas de influência econômica e política no mundo, em especial na América Latina (MUNHOZ, 2004).

Sobre o anticomunismo no Brasil, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta identificou três matrizes que fundamentaram a doutrina anticomunista, a saber: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo. Para o autor, o anticomunismo esteve presente no colapso institucional da democracia brasileira de Getúlio Vargas até o Golpe de 1964. Atuante em momentos de crise, ele se manifestou por meio de um conjunto de simbolizações, ideário, imaginário e iconografia, configurando-se uma espécie de união contra o inimigo comum (MOTTA, 2002, p. 18-46). Na perspectiva do catolicismo, em geral, o comunismo era uma ameaça, pois ele possuía um sistema filosófico que questionava e negava a existência de Deus e professava uma espécie de materialismo ateu. Além disso, era acusado pela Igreja Católica de pretender substituir a moralidade cristã e destruir a instituição familiar, a hierarquia e a ordem. Para combatê-lo, era preciso unir o mundo católico. Um momento forte dessa reação ocorreu na primeira metade da década de 1960 quando a propaganda anticomunista, inspirada nas encíclicas papais e nas cartas pastorais dos bispos, instigou os fiéis católicos a repudiarem a violência e o mal que os regimes comunistas causavam aos religiosos.

Se a noção de mal comunista estava presente no catolicismo, na perspectiva do nacionalismo não era diferente. É preciso lembrar que o nacionalismo reivindicado era inspirado no romantismo alemão, para quem a Nação compreendia um conjunto orgânico superior aos conflitos sociais. A defesa da ordem, da tradição e da centralização era uma máxima nessa visão. Por isso, os comunistas eram uma ameaça, visto que instigavam a divisão social e a destruição do corpo nacional, insuflando o ódio de classe. Já para o liberalismo, o comunismo era acusado de sufocar as liberdades individuais ao praticar o autoritarismo político. Temia-se a destituição do direito à propriedade privada por meio da estatização dos bens e da economia. No Brasil, o ponto forte do anticomunismo se deu pela luta contra o intervencionismo estatal (SILVA, 2008). Para enfrentá-lo, mobilizou-se a grande imprensa no intuito de criar, de forma intensa e ostensiva, uma imagem negativa do comunismo e chamar atenção aos possíveis danos causados à sociedade, caso tal ideologia predominasse no Brasil.

À visão das matrizes do anticomunismo, outra perspectiva somou-se ao entendimento da Ditadura, mais especificamente a partir do processo de consolidação do Regime Militar. Baseou-se na concepção de "guerra psicológica" por entender, entre outros fatores, que ela abarca questões permeadas pela política e pela moralidade (NODARI, 2012). Caracterizou-se pela mudança no conceito de inimigo, visto agora não mais exterior às fronteiras territoriais, mas pela sua capacidade de inserção no corpo social. Para enfrentá-lo, os militares recorreram à concepção psicossocial do comportamento humano no intuito de estimular e de criar formas de sentir e de agir nos indivíduos na sociedade (RESENDE, 2001). Tal concepção, por meio da propaganda,

criou uma sensação de insegurança, de tensão e de medo social, tornando o cidadão, qualquer cidadão em potencial, uma possível ameaça.

Evidenciava-se pela ideia de subversão, fosse ela encarnada no comunista ou na imagem do comportamento desviante, em outros termos, aquele indivíduo capaz de degenerar os valores morais da sociedade. Para combatê-lo, o aparato repressivo se aprimorou e a propaganda inspirada na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), forjada pela Escola Superior de Guerra (ESG), disseminou a imagem do subversivo como o grande mal em diferentes instâncias da sociedade. Observa-se isso, por exemplo, na censura. O dispositivo psicológico do medo era ativado ao proibir as expressões de conotação sexual, ao se referir à infecção, termo que lembra doença, ao falar de infiltração ou sabotagem, expressões de uma nação que precisava ser imunizada dos causadores de patologias sociais, como a desordem e a corrupção da juventude. Para garantir uma sociedade "saudável", os militares promulgaram leis arbitrárias para combater a subversão e garantir a segurança, constituindo um Estado de exceção no Brasil.

Variante explicativa três: a reconciliação extorquida ou a Anistia Política

Isso leva a outro tema também complexo, o da violência na Ditadura Militar. A análise do papel da violência em sua centralidade, praticada durante o período, constitui um importante campo de estudo.¹¹ São conhecidas as abordagens de Elio Gaspari sobre a repressão e a violência praticadas pelo Estado, as de Lucas Figueiredo (2005) acerca da constituição do sistema de vigilância, e as de Martha Huggins (1998), uma das primeiras análises sobre o aprimoramento das forças policiais no combate à subversão. A autora pesquisou a sistematização das atividades de órgãos especializados no controle e na execução das medidas de repressão contra grupos considerados inimigos do governo. Órgãos organizados para reprimir os movimentos de resistência, para combater a luta armada e a guerrilha urbana no intuito de destruí-las e neutralizá-las. Recentemente, destaca-se a pesquisa de Mariana Joffily (2013), sobre a formação de um dos mais terríveis órgãos de repressão e de tortura e sua violência praticada contra os aprisionados pela Ditadura, o sistema DOI-CODI.

Estes estudos chamaram a atenção para o funcionamento da máquina repressiva estatal ao demarcar um tipo de violência, a violência política, entendendo-se aqui aquela praticada nos regimes de caráter autoritário em que se observa a violência como uma experiência-limite, caso da tortura aos presos políticos nos órgãos da

11. Cf. GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014; GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a Ditadura Militar Brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

Ditadura. Tal violência é sempre exercida contra o outro considerado como opositor (MAGALHÃES, 2001). Esta característica das ditaduras, como salientou Hannah Arendt (2004, p. 95), põe fim à liberdade política, embora a vida privada e a atividade política não sejam necessariamente afetadas. No entanto, perseguem os opositores políticos com crueldade e sua violência volta-se contra os inimigos declarados do Regime no poder.

A violência aqui descrita deixou cicatrizes na sociedade. Difíceis de serem mensuradas, elas continuam desafiando a compreensão dos pesquisadores ao ponto de alguns a compreenderem como traumas, que quando não significados ou simbolizados, têm como consequência a repetição em forma de sintoma. Compreender tal processo tem sido o esforço de pesquisadores nos últimos anos, cujo objetivo é o de refletir e o de enfrentar questões perturbadoras sobre as consequências da violência política nas sociedades marcadas por regimes autoritários. No Brasil, o marco para esse campo de estudo tem sido o período de transição política, com o fim da Ditadura.

A política de Anistia, tal como foi praticada no período de transição do Regime, resultou na política do silêncio e do esquecimento em relação aos crimes praticados na Ditadura. Ao dialogar com a psicanálise, os estudiosos procuraram entender os motivos do silêncio em relação à violência e suas consequências na sociedade.¹² A Anistia, na tentativa de superar o drama vivido diante da violência contra os perseguidos políticos, não criou um espaço apropriado para a abordagem do passado violento. Ao invés de trazer essas vozes, tornou-se o espaço da mudez. Do mesmo modo, o caráter elitista e excludente da política de transição promoveu uma reconciliação extorquida causando a não punição e o perdão sem reparação dos perpetradores da violência contra a sociedade.

Maria Rita Kehl (2010, p. 124-128) acredita que o silêncio existente em relação à tortura é um dos fatores que podem explicar a repetição, em outras formas, da violência policial e das instituições do Estado. A sensação de impunidade e o medo imperam e impedem que atitudes e denúncias contra esse tipo de prática sejam realizadas. O processo de transição, além de desviar a atenção da violência praticada no período, também se manifestou na tímida preocupação e na falta de interesse em relação à abertura dos arquivos da Ditadura Militar.

A política do silenciamento empurrou para fora da simbolização um tipo

12. Cf. SANTOS, Cecília Macdowell; TELLES, Edson; TELLES, Janaína de Almeida (Orgs.). **Desarquivando a ditadura:** memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009 (Volumes I e II); TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010; KHEL, Maria Rita. **Ressentimento.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014 (Cap. 4 – Ressentimento na política); ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Tortura:** testemunhos de um crime demasiadamente humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013 (Cap. II – A tortura no Brasil durante a Ditadura Civil-Militar); GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração:** ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34 (Parte 3 – Rememoração).

de violência, aquele praticado contra os corpos dos perseguidos políticos. Seu enfrentamento passa pela significação das experiências-limites, como a tortura, o que a autora demarca como trauma. Dizer o que não quer ser dito, permite maior compreensão por parte da sociedade e de seu passado. Não refletir sobre o que ficou recalcado faz com que a violência, inclusive a policial, seja aceita com naturalidade e vista, inclusive, como um mal necessário.

A manipulação política da memória coletiva se agrava mais ainda ao negar informações às famílias de mortos e desaparecidos políticos, impedindo-lhes o trabalho do luto, uma vez que não cuidar dos mortos, no processo de luto constante, inviabiliza espantar os traumas do passado. Por isso, a Anistia não somente criou um sentimento de indiferença em relação à violência, deixou também uma ideia de que era possível viver o passado como se ele não tivesse acontecido, como ocorreu ao se negar a existência da tortura praticada pelos agentes de repressão do Estado. Esquecer, no caso, serviu para manter uma ordem estabelecida e normatizar as relações na sociedade. Expressou a incapacidade de se lidar com o passado, sinal do caráter deteriorado da democracia que surgiu no período pós-Ditadura Militar.

Variante explicativa quatro: a sociedade

Outro aspecto relevante para a compreensão da Ditadura repousa na literatura que tratou das lutas sociais como variável explicativa. Priorizaram-se a dinâmica dos grupos sociais e o comportamento dos indivíduos no momento anterior em que se deflagrou o golpe e durante a consolidação do Regime Militar (CODATO; OLIVEIRA, 2004). Sobre o tema existe uma vasta bibliografia, com destaque para os estudos sobre as esquerdas. Em maior escala, nestas abordagens, encontram-se as análises sobre a resistência na cultura, sobre o movimento estudantil e sobre aqueles que eram contrários ao arbítrio estabelecido pelos militares no intuito de reconstruir o espaço público esgarçado da política.¹³ No entanto, as recentes pesquisas sobre o período de 1964 a 1985 têm realçado a presença dos grupos civis, ou setores de direita, na construção do Estado ditatorial brasileiro.¹⁴ Amparados em Pierre Laborie, para

13. Cf. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; HAGEMAYER, Rafael Rosa. **Movimento estudantil 68: imagens da paixão**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997; NAPOLITANO, Marcos. O “tesouro perdido”: a resistência no campo da cultura (Brasil 1969/1976). In: DUARTE, André. **A banalização da violência: atualização do pensamento de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

14. Cf. ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; RESENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar: repressão e pretensão de legitimidade**

quem a atitude e o comportamento de indivíduos e grupos são marcados por ações ambivalentes e por situações simultâneas de proximidade e distanciamento de acordo com as circunstâncias históricas do momento, configurando-se como uma “zona cinzenta” ou o pensar-duplo, os estudos sobre as lutas sociais buscaram entender as atitudes de personagens situados nestes espaços nebulosos de apoio aos regimes autoritários (LABORIE, 2010).

Seria enganoso, entretanto, pensar que esta área de estudo, que vem crescendo nos últimos anos e importante na medida em que se associa à categoria que pensa a complexa relação entre Ditadura e a sociedade, entre civis e militares, constitui uma novidade. Autores, entre eles René Dreifuss (1981), já haviam estudado a participação de civis na preparação e, inclusive, na execução do golpe. Seu trabalho, referência para a historiografia do período, priorizou as elites sociais e políticas. Outro trabalho na área se refere à pesquisa de Solange de Deus Simões (1985), no que diz respeito às associações femininas. Ela abordou o papel das mulheres na formação dos movimentos cívicos e na organização das marchas em favor da família, na primeira metade da década de 1960. Estas associações despontaram nos principais centros políticos e econômicos do país e foram importantes movimentos de apoio político à intervenção militar e de oposição ao presidente João Goulart.

56

Nessas reflexões, não se deve perder de vista que a Ditadura, embora discricionária e arbitrária, contou com o apoio e o consentimento de setores da sociedade. Os estudos no campo das ciências e da filosofia política têm nos alertado para o fato de que os governos, em algum nível, encontram o apoio político de sua população. Para Franz Neumann (1969, p. 258-260), mesmo os de caráter autoritário, que além do apoio de civis, apoderam-se do controle da educação, dos meios de comunicação e das instituições econômicas para assim engrenar toda a sociedade e a vida privada do cidadão ao sistema de dominação política.

Numa visão de conjunto, percebe-se que a produção historiográfica brasileira tem se esforçado, por meio de vieses teóricos distintos, para descortinar cada vez mais o passado recente da história do Brasil. A adoção das variáveis explicativas tem esse propósito: almeja a compreensão das tramas políticas construídas na Ditadura Militar. Por serem variáveis, as suas fronteiras são flutuantes ao mesmo tempo em que tentam colocar a percepção do poder não reduzido ao Estado ou à sociedade global. Para tanto, justifica-se a importância de se abordar conceitos que orientam esta análise, como conservadorismo, direita, consenso e apoio na política.

1964-1985. Londrina: Ed. UEL, 2001.

Referências

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.
- ARENDRT, Hannah. **De la historia a la acción**. Buenos Aires: Paidós, 2005.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. História política. **Estudos Históricos**, São Paulo, n. 17, p. 161-165, 1996.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Mudanças históricas e revisões historiográficas. In: PASSETTI, Edson. *et al.* **Modernidade: globalização e exclusão**. São Paulo: Editora Imaginário, 1996.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 40, p. 11-36, jan./jun., 2004.
- CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcos Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 271-302.
- CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). **Visões do golpe: a memória militar de 1964**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o Golpe militar de 1964**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e de metodologia**. Rio de Janeiro:

- Campus, 1997.
- FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. São Paulo: Autêntica, 2011.
- FICO, Carlo. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração**: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014.
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a Ditadura Militar Brasileira**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.
- HAGEMAYER, Rafael Rosa. **Movimento estudantil 68**: imagens da paixão. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- HUGGINS, Martha Knisely. **Polícia e política**: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.
- HUGGINS, Martha Knisely. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 541-558, Set./Dez. 2010.
- JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). São Paulo: Edusp, 2013.
- KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- KHEL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014 (Cap. 4 – Ressentimento na política).
- LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Europa, volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- LAPA, José Roberto do Amaral. Tendências atuais da historiografia brasileira. **R., Bras., Hist.**, São Paulo, 2 (4): 153-172, set. 1982.
- LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver**: um estudo antropológico sobre a

- hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- MAGALHÃES, Marion Brepohl de. História e violência: contribuição ao estudo das paixões na política. **História-Unissinos**, número especial, jul./dez., 2001.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na Ditadura Militar (1964-1969). 239p. Tese (Doutorado em Ciência Política).
- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993.
- MORAES, João Quartim de. Alfred Stepan e o mito do poder moderador. In: MONTEIRO, João Paulo; MORAES, João Quartim de; SCHARF, Kurt; FORTES, Roberto Salinas; ABENSOUR, Miguel; ARANTES, Paulo Eduardo; RIBEIRO, Renato Janine. **Filosofia Política**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.
- MORAES, João Quartim de; COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **A tutela militar**. São Paulo: Vértice, 1987.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "Perigo vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.
- MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **O século sombrio**: uma história geral do século XX, 2004.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. O "tesouro perdido": a resistência no campo da cultura (Brasil 1969/1976). In: DUARTE, André. **Abanalização da violência**: atualização do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- NEUMANN, Franz. **Estado democrático e Estado autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- NODARI, Alexandre. **Censura**: ensaio sobre a "servidão imaginária". 252 p. Tese (Doutorado em Literatura), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis-SC, 2012.
- RESENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1985). Londrina: UEL, 2001.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SANTOS, Cecília Macdowell; TELLES, Edson; TELLES, Janaína de Almeida (Orgs.). **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Quem dará o Golpe no Brasil. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (Org.). **Trilogia do terror**. A implantação: 1964. São Paulo:

Vértice, 1988.

SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, 2004.

SILVA, Eduardo Gomes. **A Rede da Democracia e o golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História) – programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói-Rio de Janeiro, 2008. 154f.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

SOUZA, Amaury de. Março ou abril? Uma bibliografia comentada sobre o movimento político de 1964 no Brasil. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (Org.). **Trilogia do terror. A implantação: 1964**. São Paulo: Vértice, 1988.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VIANNA, Luiz Werneck. **A transição: da Constituinte à sucessão presidencial**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1989.